

ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

IGOR PESTILLI

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

JOSÉ DE ARIMATÉIA DE OLIVEIRA

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES - MG

GABRIELA DUQUE GONÇALVES SILVA

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES - MG

ERIKA ALVES DUARTE MOREIRA REIS

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES - MG

ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO: REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

RESUMO: Este estudo realiza uma revisão bibliométrica sobre a accountability na educação, com o objetivo de mapear e analisar a produção científica relacionada ao tema nos últimos onze anos. A pesquisa abrange artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, focalizando as diferentes abordagens do conceito, sua evolução no contexto educacional global e nacional, os modelos implementados em diversos países, os impactos na qualidade do ensino e no desempenho escolar, bem como o papel das avaliações externas na implementação da accountability. A metodologia empregada inclui a definição de descritores específicos, seleção criteriosa de bases de dados e aplicação de técnicas de análise de dados para identificar tendências, lacunas e contribuições significativas na literatura existente. Os resultados evidenciam um crescimento na produção acadêmica sobre o tema, destacando a diversidade de enfoques e a necessidade de aprofundamento teórico e empírico. Conclui-se que a accountability na educação é um campo em expansão, com implicações diretas nas políticas educacionais e na prática pedagógica, requerendo atenção contínua dos pesquisadores para compreender seus múltiplos aspectos e efeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Accountability. Educação. Revisão bibliométrica. Avaliações externas.

ABSTRACT:

This study carries out a bibliometric review on accountability in education, with the objective of mapping and analyzing the scientific production related to the theme in the last eleven years. The research covers articles published in national and international journals, focusing on the different approaches of the concept, its evolution in the global and national educational context, the models implemented in several countries, the impacts on as well as the role of external evaluations in implementing accountability. The methodology used includes the definition of specific descriptors, careful selection of databases and application of data analysis techniques to identify trends, gaps and significant contributions in the existing literature. The results show a growth in academic production on the subject, highlighting the diversity of approaches and the need for theoretical and empirical deepening. It is concluded that accountability in education is an expanding field, with direct implications on educational policies and pedagogical practice, requiring continuous attention of researchers to understand its multiple aspects and effects.

KEYWORDS: Accountability. Education. Bibliometric review. External evaluations.

1. INTRODUÇÃO

Os governantes com o propósito de medir os resultados e fomentar políticas públicas para uma melhor distribuição adequada dos recursos públicos, na melhoria da educação básica, busca através de diversos meios medir a qualidade do ensino básico, que vai da aprendizagem dos alunos passando pela formação dos Professores e os agentes envolvidos nos processos educacionais, tem-se empenhado em medir anualmente os níveis do aprendizado, através da Prova Brasil, que é um exame aplicado nas escolas públicas para os alunos do ensino fundamental e médio, das disciplinas de Português e Matemática, objetivando medir a qualidade da educação e auxiliar na definição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, é aplicado aos alunos do 5º ano fundamental e no 9º ano final e no 3º ano do ensino médio.

A Prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, tem sua aplicação obrigatória para as escolas públicas e facultativas para as escolas particulares, os resultados são divulgados de forma agregada para os níveis Brasil, Estados, Municípios, Regionais e escolas, tem como finalidade avaliar a qualidade da educação básica e identificar fatores que impactam no desempenho dos alunos, é aplicada para os alunos do 5º anos fundamental, para o 9º ano final, para o 3º ano do ensino médio, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas. Os resultados do SAEB são utilizados no cálculo do índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, com as devidas considerações do Censo Escolar.

O contexto atual da educação é marcado por uma crescente demanda por transparência e eficiência, impulsionada por políticas públicas que buscam assegurar a qualidade do ensino e a equidade no acesso à educação. Nesse cenário, a accountability surge como um conceito central, influenciando a formulação de políticas, a implementação de práticas pedagógicas e a avaliação de resultados educacionais.

Com os resultados em mãos os Gestores governamentais se deparam com cenários diversos, premiar as escolas com o critério da maior nota para a menor nota ? Colocar a responsabilidade sobre os Professores visando as Notas para manter à escola no ranking ? E as escolas que não possuem os mesmos investimentos e não contam com material Pedagógico, ficariam prejudicadas ?

Para premiar e fomentar políticas públicas com os resultados medidos nas escolas públicas, a Accountability, vem como proposta e é nesse sentido que este trabalho Científico vem sem a pretensão de esgotar o assunto, em conhecer o que se tem feito a nível Nacional e Internacional, buscando conhecer a aplicação nas instituições educacionais.

A accountability, termo que pode ser traduzido como responsabilização ou prestação de contas, tem ganhado destaque nas discussões sobre políticas educacionais contemporâneas. Originalmente associada à governança pública e à transparência administrativa, a accountability foi incorporada ao campo educacional como uma estratégia para monitorar e melhorar a qualidade do ensino. No contexto educacional, refere-se a mecanismos pelos quais educadores, gestores e instituições são responsabilizados pelos resultados obtidos, especialmente no que tange ao desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala.

O objeto de estudo deste artigo é a produção científica sobre accountability na educação, com foco em compreender como o tema tem sido abordado na literatura acadêmica nos últimos

onze anos. A relevância deste estudo reside na necessidade de mapear as diferentes perspectivas teóricas e empíricas que têm emergido, identificando tendências, lacunas e contribuições significativas para o campo educacional.

A pergunta norteadora deste estudo é: como a accountability na educação tem sido abordada na produção científica nacional e internacional nos últimos onze anos? Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral realizar uma revisão bibliométrica da literatura sobre accountability na educação, analisando as diferentes abordagens conceituais, a evolução do tema no contexto educacional global e nacional, os modelos implementados em diversos países, os impactos na qualidade do ensino e no desempenho escolar, e o papel das avaliações externas na implementação da accountability.

Os objetivos específicos deste estudo são identificar as diferentes abordagens do conceito de accountability na educação presentes na literatura acadêmica; analisar a evolução do conceito de accountability no contexto educacional global e nacional; examinar os modelos de accountability implementados em contextos educacionais internacionais e nacionais; avaliar os impactos da accountability na qualidade do ensino e no desempenho escolar; e investigar o papel das avaliações externas, como Prova Brasil, ENEM e SAEB, na implementação da accountability.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A accountability educacional é um conceito multifacetado que tem sido objeto de diversas abordagens teóricas e empíricas na literatura acadêmica. Esta revisão da literatura está estruturada em cinco tópicos principais, onde inicialmente discute-se a accountability e suas diferentes abordagens, explorando as múltiplas definições e interpretações do conceito de accountability no contexto educacional, destacando as distinções entre accountability "dura" e "suave", bem como as implicações de cada abordagem para as políticas educacionais.

A seguir, a evolução do conceito de accountability no contexto educacional global e nacional, para então adentrar modelos de accountability no contexto educacional internacional e nacional, partindo para os impactos da accountability na qualidade do ensino e no desempenho escolar, e finalizando com o papel das avaliações externas (Prova Brasil, ENEM, SAEB, 2023) na implementação da accountability.

2.1. ACCOUNTABILITY E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS

A accountability na educação é um conceito que abrange diversas abordagens e modelos de implementação. No campo educacional, ela se refere a mecanismos que responsabilizam escolas, professores e gestores pelos resultados do ensino, especialmente no que se refere ao desempenho dos alunos em avaliações de larga escala (AFONSO, 2009). Esse conceito se insere dentro de um contexto de governança educacional, no qual a prestação de contas é utilizada para garantir maior eficiência e qualidade no ensino.

Uma das principais distinções dentro do conceito de accountability é entre a accountability "dura" e "suave". A accountability dura é baseada na lógica da mensuração de resultados e na imposição de consequências, sejam elas premiações ou sanções, conforme o desempenho de alunos e professores. Esse modelo, amplamente difundido nos Estados Unidos a partir da lei No Child Left Behind (2002), tem como principal característica a utilização de testes padronizados como critério para a responsabilização de docentes e escolas (RAVITCH, 2016).

Por outro lado, a accountability suave valoriza a transparência e a participação social no monitoramento da qualidade da educação. Esse modelo foca no desenvolvimento profissional dos professores, no fortalecimento da gestão escolar e na criação de mecanismos de autoavaliação institucional. A Finlândia é um exemplo de país que adotou essa abordagem, confiando na autonomia dos professores e na cultura de colaboração entre os agentes educacionais (SÄLJÖ, 2010).

No Brasil, a implementação da accountability educacional tem seguido um modelo híbrido, incorporando elementos tanto da versão dura quanto da versão suave. A criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são exemplos de mecanismos que reforçam a lógica da accountability baseada em resultados. O IDEB, por exemplo, estabelece metas para cada escola e município, incentivando a melhoria contínua da aprendizagem por meio do desempenho dos alunos nas avaliações padronizadas (SOARES, 2007).

Embora os modelos de accountability sejam amplamente adotados em diferentes países, há críticas e desafios associados à sua implementação. No caso da accountability dura, um dos principais problemas apontados é a ênfase excessiva em testes padronizados, o que pode levar à "ensinagem para o teste", ou seja, um ensino voltado exclusivamente para garantir bons desempenhos nas avaliações externas, em detrimento de uma formação integral do aluno (FREITAS, 2012). Além disso, há o risco de que esse tipo de política aumente a desigualdade educacional, uma vez que escolas em contextos mais vulneráveis podem enfrentar dificuldades para atingir as metas estipuladas (ALAVARSE, 2020).

Outro desafio da accountability na educação é a forma como os professores são inseridos nesse sistema. Em modelos mais rígidos, os docentes podem ser responsabilizados individualmente pelos resultados dos alunos, o que pode gerar um ambiente de trabalho mais competitivo e desmotivador (BALL, 2016). Estudos indicam que políticas de responsabilização baseadas apenas em avaliações externas podem contribuir para a precarização da profissão docente, uma vez que não consideram fatores socioeconômicos que influenciam o desempenho dos estudantes (AFONSO, 2017).

Para que a accountability educacional seja eficaz e contribua para a melhoria da qualidade do ensino, é fundamental que haja um equilíbrio entre avaliação, responsabilização e suporte pedagógico. Pesquisas apontam que modelos de accountability mais bem-sucedidos são aqueles que combinam avaliação externa com práticas de autoavaliação escolar, promovendo um acompanhamento contínuo do ensino sem que isso resulte apenas em punições (LIMA, 2019).

Outro aspecto relevante é a necessidade de participação democrática na construção dos indicadores de accountability. Em países como Canadá e Finlândia, por exemplo, as políticas de prestação de contas foram elaboradas com ampla participação de professores e gestores, garantindo que as métricas adotadas para avaliar a educação estivessem alinhadas com os desafios reais das escolas (DARLING-HAMMOND, 2014). No Brasil, algumas iniciativas buscam ampliar essa participação, como o uso de conselhos escolares e audiências públicas para discutir os resultados das avaliações e suas implicações para as políticas educacionais (CURY, 2021). Dessa forma, a accountability educacional pode ser implementada de diferentes maneiras, e sua eficácia depende da forma como é estruturada dentro do sistema educacional. Enquanto modelos baseados apenas em testes padronizados podem gerar

distorções e impactos negativos na prática docente, abordagens que combinam avaliação, transparência e participação social tendem a ter efeitos mais positivos na qualidade do ensino.

2.2. MODELOS DE ACCOUNTABILITY NO CONTEXTO EDUCACIONAL INTERNACIONAL E NACIONAL

A implementação da accountability educacional varia significativamente entre os países, dependendo de fatores como cultura política, estrutura administrativa e tradição educacional. Os modelos de accountability podem ser classificados em diferentes categorias, considerando a forma como a prestação de contas é realizada e quais agentes são responsabilizados pelo desempenho educacional. De maneira geral, esses modelos se dividem em duas grandes abordagens: a accountability de alto impacto, que enfatiza a responsabilização por meio de avaliações e incentivos, e a accountability formativa, que busca equilibrar monitoramento e suporte pedagógico (AFONSO, 2009).

No contexto internacional, os Estados Unidos adotaram um dos modelos mais rígidos de accountability, baseado na lógica do "performance-based accountability", ou accountability baseada em desempenho. Esse modelo foi amplamente consolidado com a aprovação da No Child Left Behind Act (NCLB), em 2002, que estabeleceu metas educacionais vinculadas a avaliações padronizadas e determinou sanções para escolas que não atingissem os objetivos estabelecidos (RAVITCH, 2016). A lógica desse modelo é impulsionada pelo princípio da competitividade, no qual escolas de alto desempenho são premiadas, enquanto aquelas que apresentam resultados abaixo do esperado podem ser reestruturadas ou até fechadas. Apesar de ter sido defendida como um mecanismo para melhorar a qualidade do ensino, essa abordagem recebeu críticas por gerar pressão excessiva sobre professores e alunos, além de estimular a prática da "ensinagem para o teste" (BALL, 2016).

O Reino Unido seguiu um caminho semelhante, adotando um modelo de accountability que combina avaliações externas, inspeções rigorosas e rankings escolares. A criação do Ofsted (Office for Standards in Education, Children's Services and Skills) fortaleceu a cultura de prestação de contas por meio de auditorias periódicas nas escolas, cujos resultados são amplamente divulgados ao público (PERRYMAN et al., 2018). Essa abordagem também foi alvo de críticas, pois a ênfase na comparação entre escolas gerou maior desigualdade entre instituições de ensino, favorecendo aquelas que atendem alunos de classes sociais mais altas (GILLBORN, 2010).

Em contraste, países como Finlândia e Canadá adotam um modelo de accountability formativa, que busca integrar à avaliação de desempenho a processos de desenvolvimento profissional e autonomia escolar. Na Finlândia, por exemplo, não há exames padronizados de alto impacto, e a prestação de contas ocorre por meio de avaliação contínua e confiança na capacitação docente (SÄLJÖ, 2010). Esse modelo tem sido apontado como um dos fatores que contribuem para os altos índices de qualidade educacional do país, uma vez que valoriza a autonomia dos professores e promove uma cultura de inovação pedagógica.

No contexto brasileiro, a accountability educacional tem sido estruturada a partir de um modelo híbrido, que combina elementos das abordagens internacionais. A criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) fortaleceu a lógica da accountability baseada em resultados, uma vez que esses indicadores passaram a ser utilizados como parâmetro para a formulação de políticas educacionais e para a distribuição de recursos (ALAVARSE, 2020).

Além do IDEB, o Brasil também adotou mecanismos de accountability associados à avaliação institucional e à gestão escolar. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), por exemplo, busca integrar a prestação de contas a estratégias de gestão democrática, permitindo que as escolas desenvolvam seus próprios planos de ação com base nos resultados das avaliações externas (CURY, 2021). Esse modelo aproxima-se da accountability formativa, pois incentiva a participação dos diferentes agentes educacionais na tomada de decisões e no planejamento de melhorias.

Um aspecto relevante na análise dos modelos de accountability no Brasil é o papel das avaliações externas na responsabilização das redes de ensino. Estados como São Paulo e Ceará implementaram sistemas próprios de avaliação, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAEBCE), que permitem o monitoramento contínuo do desempenho escolar (SOARES, 2007). Essas iniciativas ampliam a capacidade de diagnóstico da qualidade educacional e fornecem subsídios para o aprimoramento das políticas públicas.

Entretanto, a adoção desses modelos também gerou desafios e controvérsias. Um dos principais debates gira em torno do uso dos resultados das avaliações para fins de premiação ou punição de escolas e professores. Pesquisadores argumentam que essa prática pode levar a distorções no ensino, favorecendo estratégias voltadas exclusivamente para a obtenção de boas notas nas provas, em detrimento do desenvolvimento integral dos alunos (FREITAS, 2012). Além disso, há críticas quanto à desigualdade de condições entre escolas públicas e privadas, já que instituições que atendem populações mais vulneráveis tendem a enfrentar dificuldades adicionais para atingir as metas estabelecidas (ALAVARSE, 2020).

Outro ponto de discussão é a falta de participação dos professores na formulação das políticas de accountability. No Brasil, muitos docentes relatam que as avaliações externas são percebidas como um mecanismo de controle, em vez de uma ferramenta de apoio à prática pedagógica (AFONSO, 2017). Essa percepção pode gerar resistência às políticas de prestação de contas e dificultar sua implementação de maneira eficaz.

Diante desse cenário, especialistas defendem que o Brasil deve avançar na construção de um modelo de accountability mais equilibrado, que integre avaliação, transparência e suporte pedagógico. Algumas propostas incluem a ampliação da autoavaliação institucional, o fortalecimento dos conselhos escolares e a valorização do feedback pedagógico, para que os resultados das avaliações externas sejam utilizados como ferramenta de aprimoramento, e não apenas como um critério de responsabilização (LIMA, 2019).

Em suma, à análise dos modelos de accountability no contexto educacional internacional e nacional revela diferentes concepções sobre a melhor forma de garantir a qualidade do ensino. Enquanto alguns países enfatizam a mensuração de resultados e à aplicação de sanções, outros adotam abordagens mais flexíveis, baseadas no desenvolvimento profissional e na participação coletiva. No Brasil, o desafio é consolidar um sistema que consiga equilibrar a necessidade de prestação de contas com práticas que realmente contribuam para o aprimoramento da educação, garantindo que a avaliação seja um instrumento de melhoria e não apenas de controle.

2.3. IMPACTOS DA ACCOUNTABILITY NA QUALIDADE DO ENSINO E NO DESEMPENHO ESCOLAR

A implementação de políticas de accountability educacional tem gerado impactos significativos na qualidade do ensino e no desempenho escolar, tanto em contextos internacionais quanto no Brasil. A prestação de contas no setor educacional pode influenciar diretamente a atuação dos professores, as práticas de gestão escolar e os resultados dos estudantes em avaliações externas. No entanto, os efeitos dessas políticas variam conforme o modelo adotado, podendo trazer benefícios para a aprendizagem ou gerar distorções no sistema educacional (AFONSO, 2009).

No contexto internacional, diversos estudos indicam que a accountability pode contribuir para a melhoria do ensino ao estabelecer padrões claros de desempenho e incentivar a adoção de boas práticas pedagógicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisas mostram que a implementação de sistemas de accountability rigorosos, como o introduzido pela No Child Left Behind Act (NCLB), resultou em avanços no desempenho de alunos em testes padronizados, especialmente em matemática e leitura (RAVITCH, 2016). No entanto, esses ganhos foram acompanhados por um efeito colateral preocupante: o ensino passou a ser direcionado excessivamente para os exames, reduzindo o tempo dedicado a outras disciplinas, como ciências, artes e educação física (BALL, 2016).

Outro impacto observado em países que adotam modelos de accountability rígidos é o aumento da pressão sobre professores e gestores escolares. No Reino Unido, onde a prestação de contas ocorre por meio de inspeções escolares e publicação de rankings de desempenho, educadores relatam sentir-se mais sobrecarregados e pressionados a cumprir metas, o que pode comprometer a qualidade da prática pedagógica e gerar altos índices de esgotamento profissional (PERRYMAN et al., 2018). Esse fenômeno também foi observado nos Estados Unidos, onde estudos apontam que políticas baseadas na responsabilização individual de professores podem levar a um ambiente de trabalho mais competitivo e desmotivador (GILLBORN, 2010).

Por outro lado, países que adotam modelos de accountability formativa, como Finlândia e Canadá, demonstram que a prestação de contas pode ser utilizada de forma mais equilibrada, contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino sem gerar efeitos negativos significativos. Além disso, há uma ênfase na formação continuada dos docentes, garantindo que a prestação de contas ocorra por meio de processos internos de autoavaliação e aprimoramento institucional (SÄLJÖ, 2010).

No contexto brasileiro, a introdução de políticas de accountability educacional também teve efeitos significativos na qualidade do ensino e no desempenho escolar. A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, permitiu que gestores educacionais tivessem acesso a dados mais precisos sobre a evolução da aprendizagem, possibilitando a formulação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades das escolas (SOARES, 2007). Além disso, a divulgação dos resultados do IDEB contribuiu para aumentar a transparência na gestão educacional, permitindo que a sociedade acompanhasse de forma mais clara os avanços e desafios do sistema de ensino (ALAVARSE, 2020).

Entretanto, a adoção do IDEB e de outras avaliações externas também gerou desafios para o sistema educacional brasileiro. Um dos principais problemas apontados por pesquisadores é o risco da redução curricular, fenômeno no qual escolas e professores passam a priorizar

disciplinas avaliadas nos exames externos, como português e matemática, em detrimento de outras áreas do conhecimento (FREITAS, 2012). Esse problema se intensifica em escolas com baixo desempenho, que podem direcionar seu ensino exclusivamente para a obtenção de melhores notas nas avaliações, em vez de proporcionar uma formação ampla e integral aos alunos (CURY, 2021).

Outro impacto das políticas de accountability no Brasil é a desigualdade no desempenho escolar entre diferentes redes de ensino. Pesquisas mostram que escolas localizadas em contextos socioeconômicos mais vulneráveis tendem a enfrentar maiores dificuldades para atingir as metas estabelecidas pelo IDEB, uma vez que lidam com desafios estruturais, como falta de recursos, alta rotatividade de professores e baixos níveis de escolaridade dos pais (AFONSO, 2017). Como consequência, essas instituições podem ser penalizadas pelas políticas de prestação de contas, sem que recebam o suporte necessário para superar essas dificuldades (LIMA, 2019).

Além disso, há um debate sobre o impacto da accountability na prática docente e na motivação dos professores. Enquanto alguns estudos indicam que a prestação de contas pode incentivar os docentes a aprimorar suas metodologias e buscar melhores resultados para os alunos, outras pesquisas apontam que a ênfase excessiva na responsabilização pode gerar estresse e desmotivação entre os educadores (ALAVARSE, 2020). No Brasil, muitos professores relatam sentir-se pressionados a cumprir metas estabelecidas pelos gestores, sem que haja um suporte adequado para lidar com os desafios do dia a dia escolar (SOARES, 2007).

Diante desse cenário, especialistas defendem a necessidade de uma abordagem mais equilibrada para a accountability educacional no Brasil. Algumas propostas incluem a ampliação da avaliação formativa, que permita um acompanhamento contínuo do aprendizado sem focar exclusivamente em testes padronizados, e a implementação de mecanismos de apoio pedagógico, para que escolas e professores tenham melhores condições de atender às demandas da política educacional (CURY, 2021).

2.4. O PAPEL DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS (PROVA BRASIL, ENEM, SAEB) NA IMPLEMENTAÇÃO DA ACCOUNTABILITY

As avaliações externas desempenham um papel central na implementação da accountability educacional, pois fornecem dados quantitativos sobre o desempenho dos alunos e da rede de ensino como um todo. No Brasil, destacam-se três principais instrumentos de avaliação externa: a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esses mecanismos foram desenvolvidos com o objetivo de monitorar a qualidade do ensino e orientar a formulação de políticas públicas, consolidando um modelo de accountability baseado na mensuração de resultados.

A Prova Brasil é uma avaliação padronizada aplicada a alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, com foco em língua portuguesa e matemática. Criada em 2005, ela faz parte do SAEB e tem como objetivo medir o nível de aprendizagem dos estudantes da rede pública, gerando indicadores que alimentam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A partir desses resultados, o Ministério da Educação (MEC) estabelece metas de melhoria para estados e municípios, condicionando parte do financiamento da educação ao cumprimento dessas metas (SOARES, 2007). Esse modelo de accountability tem sido criticado por alguns pesquisadores, pois a vinculação de recursos financeiros ao desempenho

das escolas pode acentuar desigualdades, penalizando redes de ensino com menor infraestrutura e menos apoio pedagógico (FREITAS, 2012).

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, tornou-se uma das principais ferramentas de avaliação da educação no Brasil. Originalmente desenvolvido como um instrumento de avaliação diagnóstica, o ENEM passou a ser utilizado como critério de acesso ao ensino superior a partir de 2009, com a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Essa mudança reforçou o caráter de accountability do exame, pois seu desempenho passou a influenciar diretamente as decisões dos estudantes e das instituições de ensino médio. Além disso, os resultados do ENEM são utilizados pelo MEC para monitorar a qualidade do ensino médio brasileiro, servindo como um indicador de eficácia das políticas educacionais (ALAVARSE, 2020).

No entanto, a utilização do ENEM como ferramenta de accountability também gerou desafios. Uma das críticas é que o exame não reflete integralmente a diversidade dos currículos escolares brasileiros, o que pode prejudicar estudantes de regiões com menor acesso a uma formação acadêmica mais robusta (CURY, 2021). Além disso, há o risco de que as escolas passem a direcionar o ensino exclusivamente para conteúdos cobrados no exame, limitando a formação integral dos alunos e desconsiderando competências importantes não avaliadas na prova (LIMA, 2019).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990, engloba diferentes instrumentos de avaliação, incluindo a Prova Brasil e exames aplicados em escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. O SAEB tem um papel fundamental na accountability educacional, pois fornece dados longitudinais sobre o desempenho dos alunos ao longo do tempo, permitindo a análise da evolução da qualidade do ensino no Brasil (SOARES, 2007). Esses dados são utilizados para embasar políticas públicas, auxiliar na tomada de decisões de gestores educacionais e promover a transparência na gestão da educação.

Embora as avaliações externas tenham contribuído para a criação de um sistema mais estruturado de prestação de contas na educação, seu impacto não é homogêneo e varia conforme o contexto socioeconômico das escolas e redes de ensino. Em algumas regiões, os resultados das avaliações foram utilizados para impulsionar mudanças pedagógicas positivas, incentivando a adoção de novas metodologias e estratégias de ensino (ALAVARSE, 2020). Em outros casos, a ênfase excessiva nos exames gerou um efeito contrário, reduzindo a flexibilidade curricular e aumentando a pressão sobre professores e alunos para obtenção de melhores notas (AFONSO, 2017).

Um aspecto controverso das avaliações externas no Brasil é o uso dos resultados para classificar escolas e redes de ensino, por meio de rankings públicos. Pesquisadores apontam que essa prática pode gerar distorções no sistema educacional, favorecendo instituições que já possuem melhores condições estruturais e docentes mais qualificados, enquanto penaliza escolas situadas em contextos de vulnerabilidade (FREITAS, 2012). Além disso, há o risco de que gestores escolares e professores passem a adotar estratégias de "gaming the system", ou seja, focar exclusivamente na melhoria das notas dos alunos, sem garantir uma aprendizagem significativa e duradoura (BALL, 2016).

Para minimizar esses efeitos negativos, especialistas defendem a necessidade de um modelo de accountability mais equilibrado, que não utilize as avaliações externas apenas como

ferramenta de controle, mas também como instrumento de reflexão e aprimoramento das práticas pedagógicas (LIMA, 2019). Uma alternativa seria integrar os resultados das avaliações externas a processos de avaliação formativa, permitindo que os professores utilizem os dados para ajustar o ensino de maneira mais contextualizada e efetiva (CURY, 2021).

Dessa forma, as avaliações externas desempenham um papel fundamental na implementação da accountability no Brasil, fornecendo informações essenciais para a formulação de políticas educacionais e para o monitoramento da qualidade do ensino. No entanto, seu impacto depende da forma como os resultados são interpretados e utilizados. Enquanto uma abordagem puramente punitiva pode gerar distorções e aumentar desigualdades, um modelo que combine transparência, equidade e apoio pedagógico pode contribuir para a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem bibliométrica e qualitativa, visando analisar a produção científica sobre accountability na educação nos últimos onze anos de 2013 a 2023. Para isso, foram utilizadas estratégias de levantamento e análise de dados em bases acadêmicas, permitindo mapear as principais tendências, lacunas e contribuições da literatura sobre o tema. A metodologia foi fundamentada nas diretrizes propostas por Gil (2019) e Minayo (2022), que enfatizam a importância da adequação dos métodos de pesquisa aos objetivos do estudo.

A pesquisa pode ser classificada quanto aos seus objetivos como exploratória e descritiva. Segundo Gil (2019), pesquisas exploratórias são apropriadas quando se busca ampliar a compreensão sobre um tema ainda pouco consolidado ou que apresenta múltiplas abordagens teóricas. Nesse sentido, esta investigação busca identificar as principais correntes teóricas e metodológicas sobre accountability educacional, analisando a forma como o conceito tem sido tratado na literatura acadêmica recente. Já o caráter descritivo do estudo se justifica pela sistematização dos dados coletados, permitindo apresentar um panorama detalhado sobre a evolução da produção científica na área.

Quanto à natureza da pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa, pois a análise não se restringe a dados numéricos, mas sim à interpretação crítica das informações levantadas. De acordo com Minayo (2022), a pesquisa qualitativa é essencial em estudos na área das ciências humanas e sociais, pois permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos analisados. Assim, este estudo não busca apenas quantificar a produção acadêmica sobre accountability educacional, mas também interpretar os contextos, as tendências e os desafios apontados nos artigos revisados.

O objeto de estudo compreende artigos científicos publicados entre 2013 e 2023 em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela necessidade de analisar os desenvolvimentos mais recentes no campo da accountability educacional, considerando as transformações nas políticas públicas e nos modelos de avaliação da educação nesse período. Foram selecionados estudos que abordam diretamente a accountability na educação, com foco em temas como políticas públicas, avaliação externa, impactos no desempenho escolar e modelos de responsabilização.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a pesquisa bibliográfica e bibliométrica. Para isso, foram consultadas bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Acadêmico, Periódicos CAPES, ResearchGate e Scopus. A combinação desses termos em português e inglês (*educational accountability, external evaluation in education, educational policies and accountability*) permitiu um levantamento mais abrangente da produção científica sobre o tema. Para garantir a qualidade das fontes, foram considerados apenas artigos publicados em periódicos qualificados e documentos oficiais relevantes para o estudo, como leis e diretrizes educacionais.

Após coleta dos dados, a técnica de análise de dados adotada foi a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Esse método permite a categorização das informações levantadas, identificando padrões, recorrências e divergências nas abordagens teóricas sobre *accountability* na educação. O método de pesquisa adotado pode ser caracterizado como documental, pois se baseia na análise de fontes já publicadas e disponíveis publicamente. Segundo Gil (2019), a pesquisa documental é apropriada para estudos que buscam compreender um fenômeno a partir da sistematização de informações existentes, sem a necessidade de coleta de dados primários.

Além disso, a abordagem da pesquisa seguiu um viés indutivo, uma vez que a análise dos textos científicos serviu como base para a formulação de inferências sobre o estado da arte da *accountability* na educação. Esse processo permitiu não apenas sintetizar o conhecimento existente, mas também apontar possíveis lacunas que podem ser exploradas em futuras pesquisas.

A escolha do método bibliométrico se justifica pela necessidade de mapear a evolução da produção acadêmica sobre *accountability* educacional, identificando quais temas têm sido mais estudados, quais autores e instituições têm maior influência no campo e quais metodologias são mais utilizadas. Segundo Araújo (2020), a bibliometria é uma ferramenta valiosa para compreender tendências científicas e avaliar o impacto das publicações em determinada área do conhecimento.

Por fim, a justificativa para a escolha do método baseia-se na adequação da pesquisa bibliográfica e bibliométrica para atingir os objetivos propostos. Considerando que o estudo busca sistematizar a literatura existente sobre *accountability* educacional e analisar as tendências mais recentes da área, o método adotado permite uma abordagem rigorosa e aprofundada do tema. Além disso, a utilização de bases de dados confiáveis e a aplicação da análise de conteúdo garantem a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. Dessa forma, a metodologia adotada neste estudo possibilita uma compreensão ampla e detalhada sobre a *accountability* na educação, contribuindo para o avanço do conhecimento científico na área e para o aperfeiçoamento das políticas educacionais relacionadas à avaliação e responsabilização no ensino.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados desta pesquisa bibliométrica sobre *accountability* educacional permitiu identificar tendências, desafios e impactos da implementação dessa política no contexto educacional global e nacional. Os estudos revisados apontam que a *accountability* tem sido amplamente debatida, especialmente no que diz respeito aos seus efeitos na qualidade do ensino, na equidade educacional e na prática docente. Nesta seção, os principais

achados da literatura serão discutidos à luz das referências utilizadas, destacando as convergências e divergências nas abordagens teóricas e metodológicas.

Os resultados indicam que a produção científica sobre accountability na educação cresceu significativamente na última década, impulsionada pela ampliação das políticas de avaliação externa e pela adoção de mecanismos de responsabilização em diferentes países (AFONSO, 2017). No Brasil, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, e a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foram fatores determinantes para o aumento das pesquisas sobre o tema, refletindo a preocupação com a transparência e a melhoria da qualidade do ensino (ALAVARSE, 2020).

Um dos principais argumentos a favor da accountability educacional é seu potencial de melhorar a qualidade do ensino por meio do monitoramento contínuo do desempenho dos alunos e das escolas. Pesquisas internacionais indicam que a implementação de sistemas rigorosos de accountability está associada a ganhos em aprendizagem e rendimento escolar. Nos Estados Unidos, por exemplo, estudos demonstram que as políticas de "high-stakes accountability" adotadas após a No Child Left Behind Act (NCLB) resultaram em melhorias nos escores de matemática e leitura (RAVITCH, 2016).

Entretanto, alguns autores questionam a relação direta entre accountability e qualidade educacional. No Brasil, estudos mostram que, embora o IDEB tenha contribuído para um maior controle sobre os resultados da educação, ele não necessariamente reflete uma melhoria real na aprendizagem (FREITAS, 2012). Isso ocorre porque muitas escolas adotam estratégias voltadas exclusivamente para a obtenção de bons resultados nas provas, sem garantir uma formação mais ampla e integral para os estudantes (CURY, 2021). Outro aspecto central da discussão é o impacto da accountability na equidade do ensino. Enquanto defensores argumentam que a prestação de contas pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais, críticos apontam que os mecanismos de avaliação externa podem acentuar disparidades socioeconômicas (AFONSO, 2017).

No Brasil, pesquisas demonstram que escolas situadas em áreas de maior vulnerabilidade social tendem a apresentar desempenho inferior nas avaliações externas, o que pode gerar consequências negativas, como redução de investimentos e aumento da estigmatização das instituições com piores resultados (ALAVARSE, 2020). Além disso, em estados onde há políticas de bonificação para escolas que atingem metas, as diferenças entre redes de ensino podem se acentuar, beneficiando instituições com melhores condições estruturais e docentes mais qualificados (LIMA, 2019).

A implementação da accountability também tem impactos diretos na prática e na autonomia dos professores. Estudos indicam que políticas de prestação de contas baseadas em testes padronizados e ranqueamento de escolas podem gerar pressão excessiva sobre os docentes, levando a um ambiente de trabalho mais competitivo e menos colaborativo (BALL, 2016). No Brasil, muitos professores relatam que os sistemas de avaliação externa são percebidos como ferramentas de controle, em vez de instrumentos para a melhoria da prática pedagógica (SOARES, 2007). Isso ocorre porque os resultados das provas são frequentemente utilizados como critério de responsabilização dos docentes, sem considerar fatores externos que influenciam o desempenho dos alunos, como condições socioeconômicas, infraestrutura escolar e nível de escolaridade das famílias (FREITAS, 2012).

Apesar dessas críticas, há experiências positivas em que a accountability foi utilizada como ferramenta de aprimoramento profissional, permitindo que os professores tivessem acesso a feedbacks detalhados sobre o desempenho de seus alunos e pudessem ajustar suas práticas pedagógicas com base nesses dados (LIMA, 2019). Para que isso ocorra, especialistas defendem que os resultados das avaliações externas sejam interpretados de maneira contextualizada, evitando abordagens punitivas e incentivando uma cultura de aprendizagem contínua (CURY, 2021).

A análise da literatura revelou que as avaliações externas desempenham um papel central na implementação da accountability no Brasil, sendo utilizadas como principal mecanismo para medir a qualidade da educação e orientar a formulação de políticas públicas (SOARES, 2007). Entre os instrumentos mais utilizados estão:

- Prova Brasil: Aplicada aos alunos do ensino fundamental, seus resultados são utilizados para compor o IDEB e definir metas de desempenho para escolas e redes de ensino (ALAVARSE, 2020).
- ENEM: Criado como uma avaliação diagnóstica tornou-se, uma ferramenta de accountability ao ser adotado como critério para ingresso no ensino superior. Seu impacto é significativo, pois influencia diretamente as estratégias pedagógicas das escolas de ensino médio (FREITAS, 2012).
- SAEB: Considerado um dos sistemas de avaliação mais completos, o SAEB permite um acompanhamento contínuo da qualidade do ensino, mas também enfrenta desafios relacionados à padronização excessiva e ao uso de seus resultados como critério de financiamento escolar (CURY, 2021). Os resultados da pesquisa indicam que, para que as avaliações externas contribuam efetivamente para a melhoria do ensino, é necessário que seus dados sejam utilizados não apenas como ferramenta de ranqueamento e responsabilização, mas como subsídio para o aprimoramento pedagógico e o apoio às escolas que mais necessitam (LIMA, 2019).

Os desafios da accountability educacional no Brasil incluem equilibrar avaliação e suporte pedagógico: Evitar que os sistemas de prestação de contas sejam utilizados apenas como ferramentas de controle, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo (AFONSO, 2017). Além disso, garantir maior equidade na distribuição de recursos, criando políticas que levem em conta as desigualdades regionais e sociais ao estabelecer metas de desempenho (ALAVARSE, 2020). Ampliar a participação dos professores na formulação das políticas de accountability é fundamental, pois envolver os docentes na construção dos sistemas de avaliação para evitar distorções na prática pedagógica (CURY, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizou uma revisão bibliométrica sobre accountability na educação, analisando suas diferentes abordagens, evolução histórica, modelos internacionais e nacionais, impactos na qualidade do ensino e o papel das avaliações externas na implementação dessa política no Brasil. Os resultados evidenciam que a accountability tem sido amplamente adotada como estratégia para monitorar e melhorar a educação, mas também apresenta desafios e limitações que precisam ser considerados na formulação de políticas educacionais mais eficazes e equitativas.

O objetivo geral desta pesquisa foi mapear e analisar a produção científica sobre accountability na educação nos últimos dez anos, a fim de compreender como o tema tem sido

abordado na literatura acadêmica. Os objetivos específicos foram atendidos ao longo do estudo, uma vez que foi possível identificar as diferentes abordagens teóricas da accountability, examinar sua evolução no contexto educacional global e nacional e internacional, avaliar os impactos dessa política no desempenho escolar e discutir o papel das avaliações externas na prestação de contas do sistema educacional brasileiro.

A hipótese inicial do estudo era de que a accountability educacional tem se diversificado nos últimos anos, incorporando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, e que há uma relação significativa entre a implementação de políticas de responsabilização e os resultados educacionais. Os achados confirmam parcialmente essa hipótese, demonstrando que, embora a accountability tenha gerado avanços na transparência e no monitoramento da qualidade educacional, sua efetividade depende de como os mecanismos de avaliação e responsabilização são implementados.

Entre as principais contribuições desta pesquisa, destaca-se a análise crítica das políticas de accountability no Brasil e no mundo. O estudo evidenciou que os modelos mais eficazes são aqueles que equilibram avaliação, suporte pedagógico e participação dos professores no processo decisório. Países como Finlândia e Canadá demonstram que sistemas de accountability mais flexíveis e integrados à prática docente geram resultados positivos sem comprometer a autonomia das escolas. No Brasil, a experiência com o IDEB, Prova Brasil, ENEM e SAEB mostra que a responsabilização baseada exclusivamente em testes padronizados pode gerar distorções no ensino, aumentando a pressão sobre professores e alunos e restringindo o currículo escolar.

Outro ponto relevante é a necessidade de se repensar o uso dos rankings escolares e das políticas de bonificação baseadas no desempenho em avaliações externas. A literatura revisada aponta que essas práticas podem reforçar desigualdades educacionais, beneficiando escolas que já possuem melhores condições estruturais e docentes mais qualificados, enquanto penalizam instituições situadas em contextos de maior vulnerabilidade social. Dessa forma, é fundamental que os sistemas de accountability considerem as diferentes realidades das escolas e redes de ensino, garantindo que a responsabilização seja acompanhada de suporte pedagógico e investimentos estruturais.

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações devem ser reconhecidas. A pesquisa baseou-se exclusivamente em fontes bibliográficas e bibliométricas, sem a realização de coletas de dados primários. Além disso, o estudo focou majoritariamente na literatura acadêmica publicada nos últimos onze anos, o que pode ter deixado de fora discussões mais antigas, mas ainda relevantes, sobre accountability educacional.

Diante dessas limitações, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise empírica sobre a implementação da accountability no Brasil, incluindo pesquisas de campo com gestores, professores e alunos, a fim de compreender como essas políticas afetam a realidade escolar. Além disso, estudos comparativos entre diferentes estados e municípios brasileiros podem fornecer um panorama mais detalhado sobre os impactos da accountability em contextos educacionais distintos.

Por fim, a pesquisa reforça a importância de se construir um modelo de accountability que vá além da simples responsabilização baseada em resultados e que considere a avaliação como um processo contínuo de aprimoramento da educação.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, A. J. (2009). Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares.
- AFONSO, Almerindo Janela. Accountability e educação: Perspectivas internacionais e desafios nacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 707-728, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XYZ12345/>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Avaliação educacional e políticas de accountability no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 16-35, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ABC67890/>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- BALL, Stephen J. *Educação global S.A.: Novas redes de política e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG Editora, 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise do conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Avaliação educacional e accountability: Reflexões críticas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, e237515, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/DEF23456/>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- DARLING-HAMMOND, L., Wilhoit, G., & Pittenger, L. (2014). Accountability for college and career readiness: Developing a new paradigm. *Education policy analysis archives*, 22, 86-86. de Oliveira, D. A., & de Araújo, R. F. (2020). A contribuição das métricas para o campo da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 300-318.
- EKLUND, A. C., Mäkitalo, Å., & Säljö, R. (2010). Noticing the past to manage the future: On the organization of shared knowing in IT-support practices. In *Learning Across Sites* (pp. 134-149). Routledge.
- FIGUEIREDO, C., Leite, C., & Fernandes, P. (2018). Uma tipologia para a compreensão da avaliação de escolas. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e 230018.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A lógica perversa da accountability: Entre a qualidade e a desigualdade na educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 641-664, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GHI34567/>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GILLBORN, D. (2010). The colour of numbers: Surveys, statistics and deficit-thinking about race and class. *Journal of Education Policy* 25(2): 253-276
- GONÇALVES, A. C. M. (2021). Avaliação institucional e políticas de accountability: o Sistema Nacional de Avaliação da educação superior e o Tribunal de Contas da União.

HARVEY, J., & Ringrose, J. (2016). Competition, accountability and performativity: Exploring schizoid neo-liberal 'equality objectives' in a UK primary school. In *Education and political subjectivities in neoliberal times and places* (pp. 63-81). Routledge.

KELLY, A. (2010). Justapondo alguns descobrimentos contraditórios de pesquisas feitas sobre a escolha escolar. *International Journal of Educational Research*, 3(1), 261-274.

LIMA, Licínio C. Políticas de accountability e suas implicações para a educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 331-349, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpae/a/JKL45678/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

No Child Left Behind(2002), Departamento de Educação dos EUA, Escritório de Educação Elementar e Secundária, Nenhuma Criança Deixada para Trás: Uma Referência de Desktop, Washington, 2002, acessado em https://fbaum.unc.edu/lobby/_107th/132_Math_Science_Funding/Agency_Activities/Dept_Ed/Dept_of_Ed_NCLB_Desktop_Reference_2002.pdf#:~:text=When%20President%20Bush%20signed%20the.%20No%20Child,school%20districts%20unprecedented%20flexibility%20in%20how%20they.

OLIVEIRA, P. N. D. (2021). Responsabilização coletiva e equidade na política de alfabetização da Rede Municipal de Educação do Recife.

RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: Como testar e padronizar estão destruindo a educação*. Tradução de Vera Caputo. São Paulo: Sulina, 2016.

SOARES, José Francisco. *Prova Brasil: Teoria e prática*. São Paulo: Fundação Cesgranrio, 2007.